



**UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO  
BÁSICA**

**ORIENTAÇÃO TÉCNICA SOBRE O PROCEDIMENTO DA AVALIAÇÃO  
EDUCACIONAL PARA SOLICITAÇÃO DO AEE PROFESSOR DE APOIO NO  
ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA**

**LEIDE ISABEL FERREIRA SOUTO**

**UBERLÂNDIA-MG  
2024**

LEIDE ISABEL FERREIRA SOUTO

Produto apresentado ao Programa de Pós-graduação Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Linha de Pesquisa: Educação Básica: fundamentos e planejamento.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Marques Aidar.

UBERLÂNDIA-MG

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S89p Souto, Leide Isabel Ferreira.  
Orientação técnica sobre o preenchimento da avaliação educacional para solicitação do AEE professor de apoio no âmbito da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia / Leide Isabel Ferreira Souto. – Uberlândia (MG), 2024.  
24 f.

Este produto foi produzido a partir da dissertação “A ausência de diretrizes claras sobre a política educacional inclusiva professor de apoio na educação básica e os tensionamentos envolvidos” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Marques Aidar.

Inclui bibliografia.

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Avaliação. 4. Professores. I. Aidar, Adriana Marques. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado. III. Título.

CDD 371.9

Trabalho desenvolvido com o apoio da SEE/MG, no âmbito do Projeto de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores da Educação do Estado de Minas Gerais, Trilhas de Futuro - Educadores, nos termos da Resolução SEE nº 4.707, de 17 de fevereiro de 2022.

## 1 INTRODUÇÃO

No transcorrer da pesquisa, questões vão emergindo em relação ao objeto pesquisado no sentido de compreender, clarificar o problema e buscar respostas a partir dos caminhos teóricos e metodológicos traçados. Durante o percurso, e para a finalização do processo de pesquisa, a elaboração do produto é uma etapa obrigatória.

Conforme Sarmiento e Viana Neto (2021), para a conclusão do Mestrado Profissional, uma das exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) constitui-se na elaboração de um produto educacional, o que o diferencia do mestrado acadêmico:

A principal diferença entre o mestrado acadêmico (MA) e o MP é o produto, isto é, o resultado almejado. No MA, pretende-se pela imersão na pesquisa formar, a longo prazo, um pesquisador. No MP, também deve ocorrer a imersão na pesquisa, mas o objetivo é formar alguém que, no mundo profissional externo à academia, saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades, sejam essas de interesse mais pessoal ou mais social. Com tais características, o MP aponta para uma clara diferença no perfil do candidato a esse mestrado e do candidato ao mestrado acadêmico (Ribeiro, 2005, p. 15).

O produto expressa uma intenção, uma ideia e deve ter relação com o objeto e os resultados da pesquisa. Conforme descrito no documento Produção Técnica – Grupo de Trabalho, da CAPES, Produto é

o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver, ler, etc. Pode ser um cultivar ou um conjunto de instruções de um método de trabalho. O Produto é confeccionado previamente ao recebimento pelo cliente/receptor, que só terá acesso após a conclusão dos trabalhos (Brasil, 2019, p. 16).

No percurso metodológico da presente pesquisa, um aspecto identificado que requer atenção é a avaliação do público da educação especial para acesso as políticas afirmativas como a educação inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146, promulgada 6 de julho de 2015, aponta que a avaliação da deficiência deve ser biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, tendo o poder executivo a função de criar instrumentos para essa finalidade. No entanto, até o presente momento, não há definição sobre o instrumento biopsicossocial que contemple a avaliação do

público da educação especial (PEE) para verificação da necessidade do serviço de apoio. É esperado que o poder executivo apresente as diretrizes tendo em vista o cenário conflitivo em torno da questão. Nesse sentido, os sistemas de ensino vão se organizando de formas diferenciadas e não padronizadas para a condução desse processo. Nomenclaturas variadas são utilizadas para designar a função do apoio no território nacional, há falta de clareza sobre a função, formação, avaliação do estudante para concessão do recurso etc.

O modelo biomédico de compreensão da deficiência, por meio do laudo médico, tem perpassado a avaliação e a análise da necessidade do professor de apoio. O modelo biopsicossocial é o que atende os preceitos da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da LBI e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que aborda a incapacidade não como doença e sim como condição de saúde. A expectativa é que a avaliação biopsicossocial seja aplicada no contexto educacional, por meio de instrumentos específicos e que equipes multiprofissionais e interdisciplinares participem e colaborem no processo.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) orienta que a solicitação do atendimento educacional especializado (sala de recursos, tradutor intérprete de libras, guia intérprete e professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologia assistiva) é realizada pela escola através da elaboração da avaliação educacional do estudante PEE.

A Resolução nº 4.256/2020, da SEE/MG menciona, em seu Art. 27, Seção II, que o Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA) tem a função de apoiar o processo pedagógico de escolarização do estudante com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). O § 3º deste documento menciona que a autorização do ACLTA se justifica quando o estudante apresentar necessidades de suporte na comunicação alternativa, aumentativa ou no uso de recursos de tecnologias assistivas.

A avaliação educacional do PEE deve contemplar o diagnóstico clínico, aspectos cognitivos, metacognitivos, interpessoais, afetivos, comunicacionais, motor, psicomotor e conhecimentos acadêmicos. As informações devem ser suficientes para que o avaliador tenha condições de compreender se há necessidade do AEE professor de apoio. Os aspectos da comunicação, motor/psicomotor e interpessoais oferecem pistas que sinalizam para a necessidade do atendimento no sentido de mostrar se o estudante necessita de suporte da comunicação alternativa, recursos de tecnologia assistiva, apoio na interação social. A solicitação pode ser aprovada ou rejeitada.

Esse modelo de análise, realizada somente por meio de relatório pedagógico, não é o ideal do ponto de vista da abordagem biopsicossocial, que leva em consideração as funções e estruturas do corpo, fatores pessoais, a compreensão das atividades e participação, os fatores ambientais e a interação entre o indivíduo e o ambiente. Portanto, a avaliação da necessidade de provisão do professor de apoio, em termos ideais, deveria ocorrer no ambiente escolar, com a presença de equipe multidisciplinar e multiprofissional, a partir de reflexões, observações, análise conjunta com os profissionais da escola no sentido de identificar barreiras no ambiente que obstruem a participação e realização das atividades.

Nesse sentido, a avaliação não centra somente no estudante (modelo biomédico), pois os fatores ambientais e interacionais também são considerados para avaliar a necessidade do professor de apoio. Na avaliação biopsicossocial, que considera também o contexto do ambiente, são consideradas as atividades e participação, os professores e suas práticas (atitudinais, avaliativas, curriculares, atividades propostas etc.). Na perspectiva da inclusão escolar, o olhar se desloca do indivíduo (do seu problema individual, impedimento) para o ambiente, para os profissionais e suas atitudes, práticas educativas. Portanto, é necessário considerar o aluno (funções e estruturas do corpo, fatores pessoais, emocionais, comportamentais, cognitivos etc.) e principalmente o ambiente em que ele está inserido.

No entanto, devido o volume de solicitações de professor de apoio para ser analisada, a avaliação biopsicossocial demanda tempo, equipes em número suficiente e com formação adequada para realizar a análise da necessidade do professor de apoio no ambiente escolar com a participação da equipe gestora e pedagógica, no sentido de compreender o ambiente no qual o aluno está inserido e não apenas sua limitação. Nem sempre o apoio recai sobre a provisão do profissional e sim na identificação de barreiras e mudanças no ambiente educacional que precisa ser inclusivo para promoção da participação e realização.

Dessa forma, diante do grande volume de solicitações, nem sempre é possível a avaliação do estudante no seu contexto escolar e para maior agilidade do processo o relatório pedagógico é considerado. Portanto, o relatório pedagógico elaborado pela escola deve ser bem detalhado, com informações suficientes sobre as características globais do estudante que permita avaliar a necessidade do atendimento educacional especializado professor de apoio, sendo considerado o instrumento principal e não o laudo médico.

Diante do exposto, a proposta do produto, consiste na realização de uma orientação técnica sobre o preenchimento da avaliação educacional para a solicitação do professor de apoio no âmbito da Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia (SRE) como também a apresentação de um modelo de relatório pedagógico a ser preenchido pela escola quando for

realizar a solicitação do AEE. O objetivo é oferecer à equipe pedagógica da escola um direcionamento para a elaboração da avaliação educacional, e também proporcionar à equipe da educação especial o acesso a informações consistentes que possibilite a análise da solicitação. Dessa forma, a elaboração do produto contempla a discussão realizada na presente pesquisa que envolve a questão do modelo biomédico (que perpassa a compreensão da escola), o acolhimento e orientações assertivas para a família, a importância sobre a realização da avaliação educacional que constitui responsabilidade da escola e a tentativa de abordar questões relacionadas ao modelo biopsicossocial (que necessita de muito estudo e compreensão dos conceitos) atualmente em consolidação no Brasil.

A proposta do produto inicia com orientações gerais para a equipe gestora e pedagógica da escola no sentido de acolher, informar, esclarecer para a família sobre aspectos que envolvem a escolarização do PEE. À medida que a família é bem acolhida, informada, a expectativa é que incompreensões e reclamações no Ministério Público (MP) e outros órgãos de controle sejam gradativamente dirimidas. Serra (2017, p. 29) menciona que “em tempos de judicialização de diversos setores sociais, parece que como cidadãos, ainda não aprendemos a resolver os conflitos de outra forma”. Nesse sentido, é na escola que a família deve buscar informações, esclarecimentos e a equipe gestora, pedagógica deve estar aberta ao diálogo, ao acolhimento e promover orientações assertivas sobre os variados aspectos que envolvem a escolarização do PEE.

Na sequência, será apresentado um modelo sugestivo de relatório pedagógico para preenchimento por parte da equipe pedagógica/gestora da escola.



**Orientações para a equipe gestora/pedagógica da escola sobre o acolhimento a família do/da estudante público da educação especial, preenchimento da avaliação educacional e apresentação do modelo de relatório pedagógico para a solicitação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) professor de apoio ACLTA.**

**Importante!** Antes de preencher a avaliação educacional do/a estudante público da educação especial para solicitação do AEE professor de apoio ACLTA, considerar as orientações/informações abaixo:

Sobre a avaliação educacional do estudante e para preenchimento do relatório pedagógico é necessário pontuar que o documento deve ser claro e fidedigno às características (motoras/psicomotoras, interpessoal/afetiva, comunicacional, cognitiva, conhecimentos curriculares/conteúdos etc.) de cada aluno/a, de modo que ao ler o relatório e conhecer o estudante, o/a estudante deve refletir a sua condição real em relação aos conhecimentos, habilidades e dificuldades que apresenta. Portanto, as informações prestadas no relatório devem ser fidedignas, pois constitui um documento que representa a condição do/a aluno/a e não deve conter contradições.

**Antes de realizar a solicitação do AEE professor de apoio ACLTA, a equipe gestora/pedagógica deve considerar que a Resolução nº 4.256/2020, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG, menciona em seu Art. 27, Seção II, que o Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA) tem como função apoiar o processo pedagógico de escolarização do estudante com disfunção neuromotora grave (deficiência física grave), deficiência múltipla ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). Portanto, conforme previsto na referida Resolução, há indicação da autorização do professor ACLTA para o estudante com deficiência física grave, deficiência múltipla e TEA. O documento menciona ainda no § 3º que a autorização do Professor de apoio ACLTA se **justifica** quando o **estudante apresentar necessidades de suporte na comunicação alternativa, aumentativa ou no uso de recursos de tecnologias assistivas.****

**Importante!** O professor de apoio ACLTA constitui um suporte para o estudante que necessita da comunicação alternativa e uso de recursos de tecnologias assistivas. Constitui suporte também o professor regente na condução do processo de ensino-aprendizagem, conforme preconizado pela Resolução nº 4.256/2020. O professor de apoio não é um professor particular/alfabetizador e nem recuperador de aprendizagem. Sua função é apoiar o

processo pedagógico de escolarização do/a estudante, realizando as adaptações necessárias ao seu aprendizado, em colaboração com o professor regente de aula/turma que é o principal responsável pela aprendizagem desse/a estudante. Quando o/a estudante não se enquadra nos critérios para autorização do professor de apoio ACLTA, outras medidas de suporte devem ser pensadas e refletidas pela equipe gestora/pedagógica com o envolvimento do/a professor/a regente. Para tanto, a escola pode e deve contar com o apoio da Equipe Multiprofissional da E. E. Novo Horizonte Educação Especial de Uberlândia, do Centro de Referência em Educação Especial Inclusiva (CREI de Uberlândia), Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual de Uberaba (CAP), Equipe de Apoio a Inclusão (SAI) da SRE de Uberlândia e outras redes de apoio que podem colaborar com a escola.

Antes de realizar a solicitação do AEE professor ACLTA, a equipe gestora/pedagógica deve conhecer o/a estudante, avaliá-lo/a, observá-lo/a no cotidiano escolar, coletar informações com os/as professores/as regentes, identificar as habilidades e as competências já adquiridas, avaliar e identificar as barreiras no ambiente educacional que podem obstruir a participação e realização das atividades escolares, verificar se o/a estudante atende os critérios dispostos na supramencionada para autorização do professor ACLTA, dentre outros. Para conhecer o/a estudante é necessário tempo. Portanto, a avaliação educacional e a solicitação do/a professor/a de apoio não devem ser realizadas de forma imediatista, tampouco sob pressão da família, pois a equipe pedagógica deve inicialmente refletir e ponderar sobre várias questões referentes ao aluno.

**Atenção!** Não é o laudo médico que define o direito ao/a professor/a de apoio. O laudo é um instrumento clínico de competência do profissional da área da saúde (médico) que codifica doenças, transtornos e anormalidades de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). É um documento complementar do/a estudante e da escola que auxilia na identificação da deficiência ou TEA.

É necessário esclarecer para a família e/ou responsável pelo/a estudante que a prescrição do/a professor/a de apoio que consta no laudo **não** define o direito a ele/ela. O principal documento que define a necessidade do atendimento é a avaliação educacional a ser realizada pela equipe pedagógica da escola. Essa informação precisa ficar clara para o gestor escolar, a equipe pedagógica, os/as professores/as e principalmente para a família do/a estudante. As questões decorrentes da deficiência ou TEA que podem gerar incompreensão por parte da equipe gestora/ pedagógica da escola devem ser esclarecidas pelo profissional da área clínica, caso

necessário. Portanto, é a avaliação educacional do/a estudante – que é de competência da escola – que apontará os recursos pedagógicos e educacionais necessários.

O Enunciado nº 22/2022<sup>1</sup> da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União menciona sobre a elaboração do plano de desenvolvimento individual para a análise das estratégias pedagógicas e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais do estudante público da educação especial, conforme abaixo.

A análise sobre a necessidade de oferta de profissional de apoio escolar ou acompanhante especializado deve se dar na perspectiva do conceito social de deficiência, preconizado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e no bojo da elaboração de plano individual de AEE, não sendo laudo ou prescrição médica fundamento para tal fim, pois essa análise é de cunho estritamente educacional. Assim, as estratégias pedagógicas e de acessibilidade deverão ser adotadas pela escola, favorecendo as condições de participação e de aprendizagem, conforme Notas Técnicas nº 19, de 8 de setembro de 2010, e nº 24, de 21 de março de 2013, do Ministério da Educação.

Portanto, é a avaliação educacional a ser elaborada pela escola e não o laudo médico que fundamenta a necessidade do AEE professor/a de apoio que deve considerar também os critérios apontados pela Resolução nº 4.256/2020 para autorização do atendimento.

É importante também informar para a família que o processo de análise da solicitação de professor/a de apoio por parte da equipe SAI-SRE Uberlândia não é imediato, demanda tempo, pois envolve análise de relatórios, compreensão do contexto escolar no qual o/a aluno/a está inserido/a, visita à escola, dentre outros procedimentos. É fundamental que a família e a escola compreendam os trâmites envolvidos.

A escola e seus profissionais têm como papel fundamental esclarecer para a família sobre todos os procedimentos que envolvam a escolarização do/a estudante público da educação especial. É importante a atitude de acolhimento, segurança e assertividade no diálogo com a família para que todas as dúvidas sejam sanadas. Além do esclarecimento sobre as questões que envolvam o laudo médico, prescrição do atendimento educacional no laudo (não é o médico que define a necessidade do atendimento), avaliação educacional para identificação

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://portal.mpap.mp.br/images/CAOP-IJE/Documentos/CNMP/Enunciado\\_n\\_22-2022\\_CNPG-COPEDEC.pdf](https://portal.mpap.mp.br/images/CAOP-IJE/Documentos/CNMP/Enunciado_n_22-2022_CNPG-COPEDEC.pdf). Acesso em: 4 de set. 2024.

dos recursos, trâmites envolvidos na análise da solicitação, a família deve ser bem acolhida e orientada sobre os seguintes procedimentos:

- AEE sala de recursos no contraturno – informar a família sobre o que é esse atendimento e sua importância (consultar a Resolução nº 4.256/2020 sobre a sala de recursos para esclarecimentos à família). A sala de recursos/AEE é um direito previsto na Constituição Federal de 1988 e constitui oferta obrigatória pela escola e rede de ensino.
- Informar à família e/ou responsável a relação de escolas estaduais que oferecem a sala de recursos e apresentar o documento “Termo de compromisso – AEE sala de recursos”, dando ciência de que o atendimento está sendo oferecido. O referido documento deve ser assinado pela família e arquivado na pasta individual do/a aluno/a. Essa medida é importante para resguardar a escola na oferta do direito do/a aluno/a.
- Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento obrigatório que deve ser elaborado anualmente, no prazo máximo de um mês após o ingresso do/a aluno/a na escola. A família e/ou responsável deve conhecer o documento e participar da sua elaboração no campo que lhe compete.
- É direito da família e/ou responsável ser esclarecida sobre os recursos, as técnicas, a metodologia, os objetivos educacionais e a avaliação da aprendizagem que serão organizados pedagogicamente para o/a estudante e que devem constar no Plano de Desenvolvimento Individual.

A modalidade da educação especial perpassa a educação básica e deve ser bem compreendida pela equipe gestora/pedagógica da escola e precisa estar institucionalizada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

O professor, portanto, ao contribuir para a elaboração do PPP, bem como ao participar de sua execução no cotidiano da escola, tem a oportunidade de exercitar um ensino democrático, necessário para garantir acesso e permanência dos alunos nas escolas e para assegurar a inclusão, o ensino de qualidade e a consideração das diferenças dos alunos nas salas de aula. Exercer esse papel como um dos mentores do PPP não é uma obrigação formal, mas o resultado de um envolvimento pessoal do professor. Nesse sentido, vem antes a sua disposição de participar, porque contribuir é reconhecer a importância de sua colaboração para que o projeto se execute (Ropoli, 2010, p. 12).

A modalidade da educação especial deve estar presente no PPP da escola na perspectiva de apresentar a seu público a oferta do AEE, o Plano de Desenvolvimento Individual, as formas de avaliação, acessibilidade curricular, identificação e remoção de barreiras no ambiente, o

reconhecimento e a valorização das diferenças, a articulação com a família e/ou responsável, o trabalho colaborativo, enfim para nortear a prática inclusiva.

Em tempos de reclamação por parte da família no Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e até a judicialização dos processos escolares envolvendo o público da educação especial é de suma importância que a escola se aproprie dos conhecimentos e diretrizes sobre a modalidade da educação especial e seus profissionais acolham a família e preste todos os esclarecimentos necessários sobre os aspectos que envolvem a escolarização do estudante.

A inclusão escolar é uma ação coletiva que precisa do envolvimento de todos/todas que estão implicados no processo de garantia dos direitos do público da educação especial na escola comum. Esses direitos precisam ser compreendidos e colocados em prática. Com relação à provisão do/a professor de apoio é importante que a escola e família compreendam que cada situação deve ser analisada caso a caso, pois esse direito não é garantido para todo/a estudante público da educação especial.

**Para refletir!** Como fica a inclusão do/a estudante público da educação especial na escola comum caso ele não tenha a aprovação do/a professor/a de apoio? É uma questão que precisa ser refletida no dia a dia da escola. É necessário contar com o envolvimento de todos/todas e principalmente dos/as professores regentes. Ou seja, independente da autorização ou não do/a professor/a de apoio, para que a inclusão do/a estudante público da educação especial na escola comum ocorra é necessário que mudanças aconteçam na organização e na estrutura escolar. Mudanças no currículo (que deve ser flexível para atender a diversidade de estudantes), nos processos avaliativos (formas alternativas e diversas de avaliar a aprendizagem e desenvolvimento de cada estudante), nas atividades pedagógicas, na participação e no envolvimento dos/as estudantes na realização das atividades escolares, nas atitudes (acessibilidade atitudinal, combate ao preconceito, discriminação etc), no trabalho colaborativo, na identificação das barreiras que impedem a participação do público da educação especial em igualdade de direitos com os/as estudantes sem deficiência, dentre tantos outros aspectos. Não é tarefa fácil, mas é possível e precisa de compreensão, conhecimento e envolvimento de todos/todas.

**Proposta de relatório pedagógico para solicitação do AEE – Professor de Apoio a Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA)**

**Dados da escola e do/a estudante**

E. E. \_\_\_\_\_

Nome do/a aluno/a: \_\_\_\_\_

Ano de escolaridade: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Diagnóstico clínico (informar os dados que constam no diagnóstico clínico, o nome da deficiência ou transtorno do espectro autista, o CID e a especialidade do/a profissional que atesta):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O/A estudante foi matriculado/a pela primeira vez na escola em qual ano de escolaridade? Foi transferido/a e retornou para a escola? Descrever o percurso educacional do/a aluno.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Há professor/a de apoio autorizado/a no ano e turno de escolaridade que o/a aluno/a está matriculado/a? Sim ( ) Não ( )

Informar o nome do/a estudante que já tem autorização do/a professor de apoio no mesmo ano e turno de escolaridade:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O/A estudante contava com autorização do/a professor de apoio ACLTA na escola anterior (informar o nome da escola)?

---

---

---

A autorização do/a professor de apoio foi realizada por via judicial?

---

---

---

O/A estudante frequenta a sala de recursos no contraturno? Em qual escola? Se não frequenta, qual a justificativa apresentada pela família e/ou responsável?

---

---

---

**O/A estudante possui alguma necessidade específica?** Para o preenchimento desse item é necessário fazer um relato e descrever as necessidades básicas do/a estudante como: Usa fralda? Necessita de auxílio no uso do banheiro e qual tipo de auxílio? Locomove-se sozinho/a ou precisa de ajuda e qual? Necessita de auxílio na alimentação e qual (colher adaptada, recurso humano para realizar a alimentação etc)? Necessita de adaptação na escrita e na leitura, qual? Utiliza cadeira de rodas, andador, bengala? Usa sonda? Aponte outras necessidades específicas que julgar necessário. Caso o/a estudante não apresente necessidade específica, relate como ele/ela é em relação às atividades de vida diária na escola.

---

---

---

Nome/s e cargo/s do/s responsável/is pelo preenchimento do relatório e fornecimento dos dados

---

---

---

Iniciaremos o preenchimento da avaliação educacional do/a estudante que compõe o relatório pedagógico para fins de análise da solicitação do AEE professor/a de apoio por parte da equipe SAI. Caso alguma informação não for bem compreendida, será necessário contatar a escola para maiores esclarecimentos.

Os aspectos que devem ser considerados na avaliação educacional e elaboração do relatório pedagógico para solicitação de professor/a de apoio a Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA) são: comunicação e linguagem, aspecto motor/psicomotor, interpessoal/afetivo, cognitivo, conhecimentos e habilidades acadêmicas.

### **1. Comunicação e Linguagem (marque as opções que caracterizam a condição de comunicação e linguagem do/a estudante)**

Comunicação oral: avaliar como o/a estudante transmite, oralmente, ideias ou sentimentos a outras pessoas, se ele/ela consegue transmitir corretamente a ideia que quer se comunicar e se consegue ouvir com atenção o que os outros lhe falam; se sabe transmitir, oralmente, recados e/ou avisos; se usa bem a língua falada, escolhendo o vocabulário de acordo com o contexto; se fala sem gaguejar; se a fala é inteligível; se engole sílabas; se repete (ecoa) o mesmo som repetitivamente (ecolalias); se grita ou chora; se se comunica por meio de movimentos de cabeça, expressão facial ou gestual, do olhar; se aponta o que quer ou se utiliza estrutura complexa de frases; se usa recursos de comunicação alternativa, dentre outros.

Comunicação escrita: avaliar se o/a estudante escreve, lê e interpreta gêneros textuais diversos (inclusive textos não verbais); se produz textos escritos para se comunicar, escolhendo o gênero e vocabulário de acordo com a sua necessidade e contexto social; se utiliza outras formas gráficas para se comunicar e quais são elas.

#### **O estudante apresenta intenção comunicativa:**

Sim  Não

#### **Utiliza a comunicação para**

- fazer comentários  fazer solicitações  para as necessidades básicas  
 obter atenção  realizar escolhas  realizar pequenas narrativas  
 tirar dúvidas do conteúdo  interagir com os/as colegas



**Expressa-se por/como/com:**

- Gestos  Língua de Sinais Brasileira – Libras  Palavras  Sons  Ecolalia
- Demonstra timidez ao se expressar  Descreve gravuras  Frases completas
- Expressa-se com clareza  Expressa-se muito rápido  Gagueira
- Expressa-se pelo som final das palavras  Frases completas
- Frases curtas  Lentidão na fala  Nomeia objetos  Omite fonemas
- Troca fonemas  Distorce fonemas  Conversa espontaneamente
- Relata fatos, sobre o cotidiano com clareza  Repete a fala dos adultos
- Reconta histórias  Tom de voz baixo  Tom de voz alto
- É impulsivo para falar  Demonstra entender o que é proposto
- Estabelece diálogo com colegas, professor e demais da escola

**Recursos utilizados pelo/a estudante para a Comunicação Suplementar Alternativa**

Esses recursos são utilizados quando o/a estudante não fala ou apresenta dificuldade de se comunicar, sendo necessário o uso de recursos alternativos de comunicação e expressão. Para o/a estudante que apresenta dificuldade na comunicação verbal, é necessário o/a Professor/a de Apoio a Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA) para apoiar, auxiliar e mediar a comunicação com os/as colegas, apoiar o/a professor/a regente para juntos promoverem o acesso ao currículo por meio de recursos alternativos, promover a participação e realização das atividades pedagógicas e aprendizagem.

O termo Comunicação Alternativa e Ampliada (C.A.A.), de acordo Glennem (1997), é definido por outras formas de comunicação além da modalidade oral, como o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto, símbolos pictográficos, uso de sistemas sofisticados de computador com voz sintetizada, dentre outros. Dessa forma, a comunicação é considerada alternativa quando o indivíduo não apresenta outra forma de comunicação e, considerada ampliada quando o indivíduo possui alguma forma de comunicação, mas essa não é suficiente para manter os comunicativos e estabelecer trocas sociais (Zaporoszenko; Alencar, 2008, p. 6).

**Marque as opções/recursos que o/a estudante utiliza para se comunicar de forma alternativa**

- Prancha de comunicação  Pictograma  Prancha temática  Alfabeto móvel

- Figuras avulsas, números, fotos  Recurso de alta tecnologia  
 Recurso de baixa tecnologia  Não faz uso de nenhum recursos suplementar para a comunicação

### **Leitura**

- Lê letras  Lê Palavras  Lê Frases  Lê Textos  Não lê  
 Leitura fluente  Leitura global (compreensão, inferência, comparação)  
 Leitura fonética (silabada) com dificuldade no entendimento da palavra  
 É capaz de imitar a leitura a partir de um texto conhecido oralmente (música/parlenda/poesia)

### **Escrita**

- Garatujas  Escrita pré-silábica  Escrita silábica  Escrita silábica alfabética  
 Escrita alfabética  Diferencia desenho da escrita e dos números  Identifica rótulos  
 Conhece algumas letras  Conhece todas as letras  Identifica letras iguais  
 Reconhece a letra inicial do seu nome  Reconhece seu nome em frases  
 Reconhece o nome dos pais e colegas  Escreve o nome de familiares e amigos  
 Escreve palavras e tenta ler  Escreve frases com coerência  Escreve textos  
 Escreve com letra cursiva  Escreve com letra de imprensa  Letra legível  
 Escreve com erros ortográficos  Relaciona letras de vários tipos e tamanhos  
 Tenta atribuir sentido no texto por meio de pistas  Escreve com apoio, adaptação  
 Recusa a escrever dizendo que não sabe  Diferencia desenho da escrita e dos números  
 Realiza as atividades no caderno com autonomia  Transcreve o conteúdo do quadro para o caderno  Não transcreve o conteúdo do quadro para o caderno  
 Escreve com lentidão

Sobre os aspectos da comunicação e linguagem relate o porquê a equipe gestora/pedagógica considera importante a autorização do/a professor de apoio ACLTA para atendimento ao/à estudante. Aponte as adaptações que consideram necessárias ser realizadas para atendimento às necessidades educacionais observadas. Relate as barreiras no ambiente que obstrui a participação, realização das atividades e atendimento às necessidades educacionais do/a estudante no contexto da sala de aula. Aponte informações adicionais, caso necessário.

---

---

---

## 2. Aspectos cognitivos

Cognição refere-se a um conjunto de habilidades mentais necessárias para a obtenção de conhecimento sobre o mundo. São processos, inerentes ao ser humano, de absorver conhecimento e de converter o que é captado para o seu modo de ser interno, possibilitando a interação com os seus semelhantes e com o meio em que vive. Todas as funções cognitivas interagem entre si, pois o ser humano é caracterizado pela sua totalidade.

**Os aspectos cognitivos envolvem raciocínio, atenção, concentração, memória, pensamento e percepção.** Florentino (2016, não paginado) traz contribuições para a avaliação dos aspectos cognitivos:

- Presta atenção nas aulas ou é disperso.
- Realiza atividades de sala de aula de forma independente ou necessita de ajuda do professor ou colegas.
- Persiste na realização das tarefas ou desiste diante da primeira dificuldade.
- Necessita de explicações complementares para realização das atividades propostas com vistas a assimilação/compreensão dos conteúdos.
- Demonstra atitude positiva ou negativa em relação aos conteúdos acadêmicos. Apresenta facilidade na expressão verbal.
- Demonstra criatividade de pensamento.
- Sensibilidade artística.
- Demonstra preferência por algumas atividades específicas.
- Resolve problemas do seu cotidiano.

Sobre os aspectos cognitivos, relate o porquê a equipe gestora/pedagógica considera importante a autorização do/a professor de apoio ACLTA para atendimento ao/à estudante. Relate os aspectos cognitivos – atenção, memória, raciocínio, pensamento, criatividade, percepção – observados sobre o/a estudante na realização das atividades em sala de aula.

---

---

---

## 3. Aspectos motores e psicomotores observados

Para a avaliação das características motoras e psicomotoras do/a estudante público da educação especial e para a elaboração do relatório pedagógico é necessário considerar os aspectos relacionados abaixo. Após a identificação dos aspectos motores e psicomotores, a equipe pedagógica deve relatar o que foi observado/avaliado. Informar se o/a estudante apresenta algum comprometimento/alterações nos membros superiores, nos braços, nas mãos (atrofia, rigidez, deformidade etc.) que impossibilite o uso funcional para pegar e segurar objetos, passar as folhas do caderno/livro, escrever, recortar, encaixar objetos, desenhar etc.

Esquema corporal – Conhece as partes e funções do corpo? Nomeia as partes do corpo?

Consciência corporal – Sabe do uso específico de cada membro do corpo para a realização de atividades, mesmo nos casos em que haja limitações de movimento. Ex.: escreve com adaptação utilizando os pés, mas tem conhecimento que o membro comumente utilizado para esta atividade é a mão.

Expressão corporal – Realiza gestos expressivos (susto, grito, tristeza, raiva)?

Tônus Hipertônico – Apresenta rigidez muscular elevada?

Tônus Hipotônico - Apresenta flacidez muscular elevada?

Lateralidade – Tem capacidade motora de percepção integrada dos dois lados do corpo (direito e esquerdo)?

Coordenação motora fina – Controla os pequenos músculos para exercícios refinados? Ex.: recortar, colar, encaixar, pintar, pentear, jogar bola.

Organização temporal – Apresenta noção de dia da semana, hora, mês, ano? Sabe o dia/mês/ano que nasceu?

Organização espacial (percepção do espaço)

Relate os aspectos motores e psicomotores observados sobre o/a estudante. Justifique o porquê a equipe gestora/pedagógica considera importante a autorização do/a professor/a de apoio ACLTA para atendimento ao/à estudante nos aspectos motores e psicomotores. Aponte as adaptações que a equipe considera que devam ser realizadas para atendimento as necessidades educacionais observadas. Relate as barreiras no ambiente que obstruem a participação e a realização das atividades e o atendimento às necessidades educacionais do/a estudante no contexto da sala de aula. Aponte informações adicionais, caso necessário.

---

---

---

#### 4. Aspectos interpessoais afetivos

Observar como o/a estudante expressa suas emoções no ambiente escolar, se relaciona com os/as colegas e demais pessoas. Considerar os aspectos abaixo para fazer a avaliação:

Demonstra interesse e iniciativa para realização das atividades acadêmicas?

Reações diante as frustrações?

Controle e expressão das emoções?

Autoimagem (positiva ou negativa, cuidados pessoais, aparência...).

Características de humor.

Manifestações afetivas (carinhoso, agressivo...).

Tem facilidade para fazer amigos?

Respeita os/as colegas e os/as professores/as?

É cooperativo/a? Apresenta autonomia?

Respeita as regras e normas estabelecidas?

##### 4.1 Limites e agressividade

( ) Apresenta auto-agressividade ( ) Apresenta indisciplina

( ) Apresenta heteroagressividade ( ) Apresenta apatia

( ) Apresenta desobediência às regras e/ou combinados

Relate sobre as características do/a estudante em relação ao comportamento em sala de aula/escola, impulsividade, controle de emoções, relacionamento com colegas e professores/as, se apresenta agitação, se é calmo/tranquilo, se apresenta isolamento e timidez, se é extrovertido etc.

---

---

---

## 5. Avaliação das áreas de conhecimento

Avaliar o desenvolvimento do/da estudante nas áreas do conhecimento (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Filosofia, Sociologia etc.). A avaliação deve abranger o desenvolvimento do/da estudante em relação à sua turma e em relação a ele/ela mesmo/a. O importante é registrar o que o/a estudante sabe, as habilidades e as competências em desenvolvimento ou consolidadas.

Relate o que o/a estudante sabe/conhece sobre os componentes curriculares, as habilidades já desenvolvidas, as dificuldades apresentadas. Justifique o porquê a equipe gestora/pedagógica considera importante a autorização do/a professor de apoio ACLTA em relação as áreas do conhecimento.

---

---

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.

CNPG. Comissão Permanente de Educação - COPEDUC. **Enunciado nº 22, 30 novembro de 2022**. Disponível em: [https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/03/Enunciado-no-22-2022-COPEUC\\_CNPG.pdf](https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/03/Enunciado-no-22-2022-COPEUC_CNPG.pdf). Acesso em: 25 fev. 2024.

FLORENTINO, Maria de Fátima. **A flexibilização como proposta de trabalho pedagógico para educandos com deficiência intelectual na sala de recursos multifuncionais**. 2016. 51f. Marilena-PR. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_edespecial\\_uem\\_mariadefatimaflorentino.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uem_mariadefatimaflorentino.pdf). Acesso: 8 set. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de Desenvolvimento Individual do Estudante: orientações para a construção**. 2018. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Anexo%20II%20public.%2010-01-20.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 4.256, de 7 de janeiro de 2020**. Institui as Diretrizes para normatização e organização da Educação Especial na rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Minas Gerais, BH: Secretaria de Educação do Estado, 2020. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4256-20-r%20-%20Public.10-01-20.pdf.pdf>. Acesso em 20 fev. 2024.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/72/69>. Acesso em: 7 set. 2024.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação: Fortalea: Universidade Federal do Ceará. (Coleção A educação especial na perspectiva da inclusão escolar v. 1). Disponível em: [http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2018/04/A-Escola-Comum-Inclusiva\\_Abril\\_Fasc01.pdf](http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2018/04/A-Escola-Comum-Inclusiva_Abril_Fasc01.pdf). Acesso em: 7 set. 2024.

SARMENTO, Januario Neto Pereira; VIANA NETO, Alcyr Alves. Produtos educacionais em mestrados profissionais: avaliando o blog no contexto pedagógico. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 52, p. 295-306, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3569>. Acesso em: 7 set. 2024.

SERRA, Dayse. A educação inclusiva em tempos de judicialização do estado: o cotidiano das escolas com a Lei Brasileira de Inclusão – nº 13.146/2015. **Polêm! ca**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 27-35, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/28294>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

ZAPOROSZENKO, Ana; ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro de. Comunicação alternativa e paralisia cerebral: recursos didáticos e de expressão. **Caderno Pedagógico: Série Educação Especial**. 2008. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/paralisia-cerebral-e-comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 7 set. 2024.